

REGISTRO

Campanha Salarial

2004

07 de Junho

Nº 111

CUT

Sind. dos Trab. Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Est. de MG

NEGOCIAÇÃO SALARIAL 2004/2005 CATEGORIA PRESSIONA POR UM ACORDO JUSTO



A comissão da Copasa solicitou maior detalhamento nas argumentações da Comissão de Trabalhadores, sobre os pontos da pauta de negociações do Acordo Coletivo 2004/2005. Em reunião realizada na tarde de quinta-feira, 3 de junho, os negociadores da empresa alegaram que não entenderam as argumentações da Comissão de Sindicatos Unificados, sobretudo nos itens econômicos.

REAFIRMAÇÃO DA PAUTA

Tais esclarecimentos se devem a pontos abordados pelos sindicatos na última reunião, em que foram valorizadas e reafirmadas as reivindicações da pauta tirada nas assembléias dos trabalhadores, principalmente quanto à reposição salarial e aos benefícios (cesta-básica, ticket refeição, vale-transporte e as demais cláusulas sociais). A comissão patronal levou para estudar duas alternativas de reajustes. Na primeira, um reajuste fixo de 9,61% e uma GDI que totalizaria 10,25%, e, na segunda alternativa, um reajuste fixo de 5,6% e uma GDI de 15,50%. A comissão patronal solicitou prazo até a próxima terça-feira, dia 8 de junho, para estudar todas as alternativas e apresentar proposta à categoria.

ASSEMBLÉIA GERAL

Nos próximos dias os sindicatos que participam da "Campanha Salarial Unificada" deverão convocar ASSEMBLÉIA GERAL da categoria, para avaliar os resultados da negociação e tomar uma posição de luta dos trabalhadores.

Alertamos os companheiros para manterem a mobilização da categoria, reforçando as negociações dos sindicatos e garantindo um Acordo Coletivo que reflita o crescimento obtido pela empresa.

Estão sendo realizadas reuniões setoriais na região metropolitana e no interior, procurando alertar os trabalhadores para que evitem especulações sobre informações repassadas em boletins da empresa, ou por gerentes que estejam sendo pressionados para que a categoria aceite apressadamente esta proposta de trocar salário por gratificação. Nossa consciência definirá a qualidade dos nossos salários e de todas as conquistas históricas da categoria.

Esperamos resposta mais justa da empresa

As negociações salariais tiveram início efetivamente em 12 de maio após ser garantida a data-base de 1º de Maio por intermédio de ofício encaminhado ao Sindágua em 23 de abril. Já na primeira reunião de negociações, a direção da empresa apresentou uma contraproposta de reajuste salarial com uma parte fixa, com quatro alternativas de índices entre 3,1% e 0,6% e uma parte variável (GDI) com índices entre 5% e 10%, de acordo com uma faixa eventualmente aceita pelos trabalhadores. Ainda naquela primeira reunião, a empresa ofereceu uma irrisória elevação de R\$ 4,22 na cesta básica. Não avançava mais nada nos demais pontos da Pauta de Reivindicações.

Demonstramos à “Comissão Patronal” que a categoria não abre mão da reposição de perdas salariais registradas em 5,6% pelo INPC dos últimos 12 meses e pelo resíduo do ano passado, que totaliza um reajuste necessário de 9,61%. Por seu lado, a comissão patronal insistia que a direção da empresa mantém sua disposição de garantir a política implantada com a GDI. Em todos os nossos argumentos, reforçamos que a categoria não poderia ser sacrificada com reajustes abaixo da inflação e que temíamos que os salários acabariam superachatados, com severos prejuízos quando a GDI deixasse de ser aplicada, por uma eventual mudança da política de remuneração.

Logo em seguida, a direção da empresa fez circular boletim, onde argumentava que a GDI é direito adquirido, caracterizado pela habitualidade do seu pagamento, não podendo ser mais retirada.

Na segunda rodada de negociações, a Comissão Patronal reforçou esta informação e se mostrou disposta em inserir uma cláusula no Acordo Coletivo a ser assinado, prevendo a incorporação futura da GDI, se e quando deixar de ser paga.

Com fortes argumentações da Comissão de Trabalhadores, a proposta da empresa evoluiu na reunião seguinte. A direção da empresa, que antes cedia apenas R\$ 4,22 na cesta básica, ofereceu um reajuste que poderia variar entre 8,25% a 10,66%, conforme uma das quatro faixas de reajuste salarial sugeridas na primeira reunião. Estes mesmos percentuais reajustariam os valores do tíquete-refeição, saldo saúde, auxílio creche, auxílio-educação, auxílio funeral e demais benefícios.

Certamente, as negociações avançavam e a direção da empresa voltou a circular boletim, argumentando que os índices oferecidos nestes benefícios superavam os 5,6% registrados pelo INPC e até mesmo se considerados os 9,61% acumulados nos dois últimos anos. A direção sindical, no entanto, contra-argumentou que pontos vitais da pauta continuavam sem resposta, insistindo, entre outros, na implantação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), na democratização e participação dos trabalhadores na elaboração e implantação do Plano de Cargos e Salários, a concessão de um abono que resgate a perda de massa salarial (33% em um ano e 165% em dois anos). A união desses pontos foi “batizada” na mesa de negociação como “tripé”, e é estratégica e fundamental para chegarmos ao acordo coletivo.

O sindicato argumenta ainda para que a empresa pague a diferença de maio a setembro/2003, período em que a categoria não foi contemplada com a GDI, considerando também que perdeu 3,79% da inflação de 19,36% medida no período anterior.

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA SINDAGUA-MG SENGE -MG SAEMG SINTEC MG
VISTA A CAMISA DE LUTA DA CATEGORIA!